

# **Associação Luta pela Paz**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores e Administradores da  
Associação Luta pela Paz

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Luta pela Paz ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Luta pela Paz em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

#### *Imóvel doado pela ONG Viva Rio*

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sede da Associação, uma edificação doada pela ONG Viva Rio situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização da transferência de titularidade da sua escritura. A Administração da Associação já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel, mas até esta data esta regularização não foi finalizada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações efetuadas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

**Deloitte.**

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2017

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.

  
Emerson Ferreira de Almeida  
Contador  
CRC nº 1 SP 243505/O-1

ASSOCIAÇÃO LUTA PELA PAZ

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>ATIVOS</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes	4	970.991	15.968
Títulos e valores mobiliários	4	920.758	2.804.294
Caixa restrito	4	198.897	3.054
Títulos e valores mobiliários restritos	7	1.203.141	1.160.949
Adiantamentos diversos		47.791	29.375
Outros ativos		-	1.341
Total do ativo circulante		<u>3.341.578</u>	<u>4.014.981</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	5	486.609	482.117
Total do ativo não circulante		486.609	482.117
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>3.828.187</u>	<u>4.497.098</u>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Lei de Incentivo ao Esporte	7	1.203.141	1.160.949
Proventos e encargos sociais a pagar	6	1.511.679	1.208.137
Outros passivos		71.637	92.515
Total do passivo circulante		<u>2.786.457</u>	<u>2.461.601</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio social	9	2.035.497	509.238
Superávit (déficit) do exercício		(993.767)	1.526.259
Total do patrimônio líquido		1.041.730	2.035.497
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>3.828.187</u>	<u>4.497.098</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT (SUPERÁVIT)  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	Nota explicativa	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas com doações	10	6.291.199	7.672.664
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com pessoal	11	(3.757.692)	(3.319.718)
Despesas com projetos	12	(3.636.211)	(3.043.099)
Despesas com depreciação	5	(62.863)	(71.322)
		<u>(1.165.567)</u>	<u>1.238.525</u>
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<u>(1.165.567)</u>	<u>1.238.525</u>
Resultado financeiro, líquido	13	171.800	287.734
<b>DEFICIT (SUPERÁVIT) DO EXERCÍCIO</b>		<u>(993.767)</u>	<u>1.526.259</u>

---

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		509.238	1.526.259	2.035.497
Incorporação do superávit do exercício		1.526.259	(1.526.259)	-
Déficit do exercício		-	(993.767)	(993.767)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>2.035.497</u>	<u>(993.767)</u>	<u>1.041.730</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**ASSOCIAÇÃO LUTA PELA PAZ****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Superávit (déficit) líquido do exercício		(993.767)	1.526.259
Ajustes ao superávit (déficit) líquido do exercício:			
Depreciações	5	62.863	71.322
Provisões	6	320.321	180.010
Baixa de imobilizado		-	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		184.285	241.249
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Adiantamentos diversos		(18.416)	15.289
Outros ativos circulantes		1.341	196
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Lei de Incentivo ao Esporte	7	42.192	695.764
Proventos e encargos sociais a pagar		(16.779)	69.753
Outros passivos circulantes		(20.878)	21.108
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(438.838)</u>	<u>2.820.950</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Títulos e valores mobiliários		1.657.059	(3.661.612)
Caixa restrito		(195.843)	135.649
Adições ao imobilizado	5	<u>(67.355)</u>	<u>(143.313)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.393.861	(3.669.276)
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>955.023</u>	<u>(848.326)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	15.968	864.294
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	970.991	15.968
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>955.023</u>	<u>(848.326)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



## ASSOCIAÇÃO LUTA PELA PAZ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Luta pela Paz ("Associação" ou "Luta pela Paz") origina-se de um projeto criado em 2000 na ONG carioca Viva Rio, pelo pesquisador inglês e ex-lutador de boxe Luke Dowdney. Graças ao sucesso e ao crescimento da Luta pela Paz no Rio de Janeiro, o projeto tornou-se independente da ONG Viva Rio no ano 2007, estabelecendo-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, regido por seu estatuto social e pela legislação em vigor, com prazo de duração indeterminado. A Associação é mantida através de doações espontâneas e tem como objetivo proporcionar a crianças e jovens moradores do Complexo da Maré (um complexo de 17 favelas na cidade do Rio de Janeiro) uma alternativa de vida distante da violência armada e do crime.

A sede da Associação, uma edificação doada pela ONG Viva Rio situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização da transferência de titularidade da sua escritura. A Administração da Associação já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel.

A Associação em 31 de dezembro de 2016 tem um total de 60 funcionários (64 em 31 de dezembro de 2015) e beneficia diretamente mais de 1.800 jovens todos os anos (informações não auditadas).

A metodologia da Associação é oferecida aos jovens membros das academias no Rio de Janeiro por meio de vários serviços e através dos projetos descritos abaixo:

#### Projeto Atletas da Paz

O projeto Atletas da Paz integra atividades esportivas de Boxe & Artes Marciais com aulas de Cidadania, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens, com faixa etária entre 7 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré. Complementando estas atividades, a Luta pela Paz também oferece o acompanhamento psicossocial dos jovens, identificando suas necessidades particulares e encaminhando-os para atendimento especializado.

Através da coleta sistemática de informações dos jovens, a equipe da Luta pela Paz consegue diagnosticar o engajamento dos jovens nas diferentes atividades do projeto, maximizando o impacto no desenvolvimento dos mesmos. Questionários, entrevistas e grupos focais são aplicados para analisar o impacto das iniciativas em questões-chave relevantes para o crescimento dos beneficiários e o resgate da cidadania.

- Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: 1.918 (informação não auditada).

#### Projeto Novos Caminhos

Iniciado em 2009, o projeto tem como foco acessar e engajar jovens com idade entre 16 a 29 anos de idade, que estejam há mais de 2 anos fora da escola, sem qualquer tipo de qualificação ou emprego - um público socioeconomicamente vulnerável e marginalizado.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece o conteúdo do Ensino Fundamental através de aceleração escolar, certificando-os através de parceria com entidade educacional privada ("Colégio Daltro"). Além disso, são oferecidos também: orientação profissional e capacitação técnica, aulas de cidadania e o acompanhamento individual de mentores.

Ao completarem o ciclo de formação no ensino fundamental, os jovens que ingressaram no projeto têm garantida a formação educacional básica, a partir da qual podem continuar seus estudos (ensino médio e/ou técnico) e construir novas opções de vida.

- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: 53 (informação não auditada).

#### Projeto Maré Unida

Iniciado no final de 2010, o projeto Maré Unida tem como objetivo superar a divisão entre as diferentes comunidades que compõem o Complexo de Favelas da Maré, imposta por meio do histórico controle territorial das diferentes facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

Através da abertura de polos da Luta pela Paz em outras duas comunidades dentro do Complexo da Maré, oferecendo a mesma metodologia de trabalho reconhecidamente eficaz (dos "Cinco Pilares") ao longo de sua história de atuação, a organização promove o desenvolvimento pessoal e a integração de jovens que normalmente não teriam chances de contato, minimizando o estigma da segregação e o sentimento de unidade entre os jovens.

- Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: 546 (informação não auditada).

#### Projeto Especial

O "Projeto Especial" é uma iniciativa-piloto, que visa trabalhar com jovens em profunda vulnerabilidade socioeconômica e risco social. O objetivo final do projeto é afastá-los dos elementos de vulnerabilidade, encaminhá-los para o mercado de trabalho e lhes oferecer acesso à educação, construindo, assim, um caminho sustentável para o futuro. O sucesso do projeto será progressivamente atingido por meio de uma combinação de métodos intensivos de acompanhamento e apoio individual, bolsas, cursos rápidos de educação e acesso a empregos formais de maneira a estabelecer uma saída de longo prazo aos participantes.

Durante o ano de 2016, o "Projeto Especial" encontrava-se em sua etapa final de execução, após ter trabalhado com dois grupos de jovens, totalizando 46 participantes. Os resultados do projeto foram apresentados em uma conferência internacional, envolvendo diferentes atores da sociedade civil, governo e pesquisa, nos dias 4 e 5 de maio de 2016.

Além destes projetos centrais, a Luta pela Paz também desenvolve outras ações pontuais, oriundas de financiadores específicos. A saber:

#### Lei de Incentivo ao Esporte - Projeto "Campeões Comunitários"

O projeto 'Campeões Comunitários', iniciado em agosto de 2016, e financiado com recursos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte, tem como objetivo principal oferecer aulas de diferentes modalidades (Boxe, Judô, Taekwondo e Muay Thai) para crianças e jovens do Complexo da Maré em três locais (Sede, Baixa do Sapateiro e Marcílio Dias) com capacidade máxima de atendimento de 620 beneficiários ao longo de um ano.

Através da realização destas atividades, objetiva-se:

- i. Promover o bem-estar físico dos participantes do projeto através dos treinos esportivos.
  - ii. Promover o bem-estar emocional e autoconfiança dos participantes do projeto através das atividades esportivas e de cidadania.
  - iii. Promover o respeito às diferenças e aos semelhantes, através das atividades de cidadania.
  - iv. Garantir a satisfação dos participantes do projeto com as ações desenvolvidas.
- Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: 994 (informação não auditada).

#### Programa de Treinamento Nacional - REDE BRASIL

O Programa de Treinamento Nacional (REDE BRASIL) é uma iniciativa financiada pela Child Fund. Seu objetivo principal é trazer para o país o trabalho bem sucedido já desenvolvido pela equipe de treinamento internacional (através do Global Alumni Programme) para organizações brasileiras. O programa consiste em uma semana de treinamento intensivo das equipes das organizações na metodologia de trabalho da Luta pela Paz ("Cinco Pilares") e em princípios de desenvolvimento organizacional - realizado na própria sede da organização (na Maré) - além de um ano de acompanhamento presencial e à distância. Em sua primeira edição, foram selecionadas 7 organizações de 5 estados brasileiros diferentes, a partir de uma triagem dos cenários onde o impacto da violência e do crime sobre a vida de crianças e jovens estava em trajetória ascendente expressiva - de acordo com as evidências de estudos e estatísticas.

- Crianças e jovens indiretamente beneficiadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: Aproximadamente 8.000 (informação não auditada) - incluem-se aqui aqueles participantes das organizações treinadas.

#### Projeto "Na Ativa"

Iniciado em 2016, o projeto tem como objetivo engajar jovens de 16 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré e que estejam desempregados e/ou sem qualificação profissional formal para possibilitar a inserção no mercado de trabalho, através de parcerias com empresas num modelo de consultoria de recrutamento & seleção.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece aulas em três módulos diferentes de treinamento (básico, específico e técnico), em suas instalações no centro da cidade, inserindo os jovens num ambiente profissional e com regras específicas de participação. Os cursos tem duração variada, de 3 meses a 1 ano, e são acompanhados de atividades de orientação vocacional, para elaboração de plano de carreira. Ao término da formação, os concluintes são encaminhados para oportunidades de emprego captadas junto à rede de parceiros/empresas da Luta pela Paz, que trabalham em conjunto com a organização para levantar demandas de mão de obra profissionalizada. Uma vez inseridos, os jovens são acompanhados regularmente pela equipe da Luta pela Paz, em conjunto com os representantes das empresas contratantes, visando garantir sua retenção e crescimento no ambiente de trabalho.

- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: 25 (informação não auditada).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Associação são resumidas como segue:

### a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis.

### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

### c) Uso de estimativas e julgamentos

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pela Associação, a Administração adota julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revisados em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada.

#### Provisões para riscos

A Associação está exposta ao risco de ser acionada judicialmente. As provisões para ações judiciais são estimadas pela Administração em conjunto com seus consultores legais externos, considerando o provável desfecho da respectiva contingência em desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para a Associação.

#### Vida útil dos ativos imobilizados com vida útil definida

A depreciação é estimada a fim de depreciar o custo de ativos imobilizados, com exceção dos imobilizados em andamento, utilizando as suas vidas úteis estimadas, pelo método do cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base em experiência prévia e melhor gestão do conhecimento, e são revisadas anualmente.

### d) Instrumentos financeiros

#### Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, e são avaliados com base no custo amortizado.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da sua contratação sem risco de perda significativa de valor.

#### Títulos e valores mobiliários restritos

Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos da Lei de Incentivo ao Esporte, são apresentados nas seguintes rubricas: (i) "Títulos e valores mobiliários restritos", representados pelos recursos ainda em fase de captação ou não liberado para utilização pelo Ministério do Esporte, e; (ii) "Caixa restrito", representado pelos recursos já liberados pelo Ministério do Esporte, mas cuja utilização deverá ocorrer após o prazo de 90 dias, conforme previsto no orçamento do projeto.

#### Passivo financeiro não derivativo

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

#### e) Apuração do superávit (déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações e contribuições são usualmente contabilizadas quando recebidas em virtude da impossibilidade de precisão dos valores e das datas de seu recebimento e são aplicadas nos projetos que a Associação desenvolve (nota explicativa nº 1).

#### Doações e convênios vinculados

As doações recebidas vinculadas ao projeto Lei de Incentivo ao Esporte, são registradas quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Associação e são reconhecidas como passivo, sendo apropriadas ao resultado à medida que transcorra o prazo e a execução dos compromissos assumidos em contrapartida ao recebimento das doações e de convênios.

f) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de benfeitorias em propriedade de terceiros (imóvel doado em processo de regularização legal) inclui o custo de materiais, mão de obra direta e outros custos para colocar o imóvel em condição necessária para a operação da Associação.

A depreciação é reconhecida no resultado utilizando o método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Em 2016, a Associação revisou a estimativa de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado concluindo pela não necessidade de ajustes nas estimativas da vida útil. As vidas úteis estimadas pela Administração da Associação são as seguintes:

- Móveis e utensílios - 10 anos.
- Máquinas e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de informática - 5 anos.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 25 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.

A vida útil estimada para benfeitorias em imóveis de terceiros considera a premissa da regularização pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da doação do imóvel sede da ONG Viva Rio para a Luta pela Paz.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

h) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração da Associação, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Associação em virtude do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas da seguinte forma: (i) para causas cujo desfecho negativo para a Associação seja considerado como provável, são constituídas provisões; (ii) para as causas cujo desfecho negativo para a Associação seja considerado possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas; e (iii) para as causas cujo desfecho negativo para a Associação seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Associação, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. As receitas financeiras de recursos destinados a projetos são reconhecidas contra o passivo caso ainda não tenham sido realizadas integralmente.

A Administração reavaliou os saldos de ativos e passivos financeiros para melhor refletir os riscos de liquidez.

j) Serviços pro-bono

As receitas com trabalhos pro-bono são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse este serviço junto à entidades similares ao mercado. As receitas com trabalhos pro-bono são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 a Associação não contratou serviço referente a trabalho pro-bono.

k) Normas e interpretações novas e revisadas

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e nem em exercícios anteriores.

- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture".
- Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.

- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016

A Associação não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (b).
- Modificações à IAS 40 - Transferências de propriedades de investimento (b).
- Modificações à IFRS 1 e IAS 28 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (b).
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017.
- (b) 1º de janeiro de 2018.
- (c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com exceção do IFRS 9 e IFRS 15, com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Associação não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES, CAIXA RESTRITO E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	10.569	2.302
Aplicações financeiras	<u>960.422</u>	<u>13.666</u>
Total de caixa e equivalentes	<u>970.991</u>	<u>15.968</u>



Os recursos existentes de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 são decorrentes de doações efetuadas aos projetos sociais.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras, que são de grande liquidez e prontamente conversíveis em montantes conhecidos de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa restrito (a)	198.897	3.054
Títulos e valores mobiliários (b)	920.758	2.804.294

(a) Os recursos existentes em Caixa Restrito referem-se ao saldo liberado pelo Ministério do Esporte, transferidos da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos, captados através da Lei do Incentivo ao Esporte para utilização nos Projetos da Associação (conforme nota explicativa 7).

(b) A Associação possui, substancialmente, investimento em fundo de investimento "Bradesco FIC FI Referencial DI Special", remuneradas de acordo com variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

## 5. IMOBILIZADO

	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Instalações</u>	<u>Total</u>
<b>Custo:</b>							
Em 31 de dezembro de 2014	278.965	68.645	82.739	72.617	62.838	12.928	578.732
Adições	-	68.086	-	27.215	40.968	7.044	143.313
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	278.965	136.731	82.739	99.832	103.806	19.972	722.045
Adições	-	10.854	-	6.457	45.102	4.942	67.355
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>278.965</u>	<u>147.585</u>	<u>82.739</u>	<u>106.289</u>	<u>148.908</u>	<u>24.914</u>	<u>789.400</u>
<b>Depreciação:</b>							
Em 31 de dezembro de 2014	(45.743)	(20.519)	(37.531)	(36.586)	(19.814)	(8.413)	(168.606)
Adições	(11.132)	(10.119)	(16.548)	(14.995)	(15.126)	(3.402)	(71.322)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	(56.875)	(30.638)	(54.079)	(51.581)	(34.940)	(11.815)	(239.928)
Adições	(11.132)	(10.119)	(16.548)	(8.701)	(15.270)	(1.093)	(62.863)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(68.007)</u>	<u>(40.757)</u>	<u>(70.627)</u>	<u>(60.282)</u>	<u>(50.210)</u>	<u>(12.908)</u>	<u>(302.791)</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>233.222</u>	<u>48.126</u>	<u>45.208</u>	<u>36.031</u>	<u>43.024</u>	<u>4.515</u>	<u>410.126</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2015	<u>222.090</u>	<u>106.093</u>	<u>28.660</u>	<u>48.251</u>	<u>68.866</u>	<u>8.157</u>	<u>482.117</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2016	<u>210.958</u>	<u>106.828</u>	<u>12.112</u>	<u>46.007</u>	<u>98.698</u>	<u>12.006</u>	<u>486.609</u>

As adições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se basicamente a compra de computadores e materiais de informática, ar condicionado, cadeiras para as aulas, para a nova filial localizada na Rua Taylor, Lapa, no centro do Rio de Janeiro.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sede da Associação foi doada pela ONG Viva Rio, processo este ainda sob regularização pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Não é cobrado aluguel pela ONG à Associação. Os custos com sua manutenção e taxas são de responsabilidade da Associação, bem como as benfeitorias efetuadas ao imóvel.

6. PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ordenados e salários a pagar	1.394	3.652
Encargos previdenciários sobre serviços prestados	1.327.659	1.007.339
Provisão de férias	51.651	32.195
Encargos sociais	109.098	116.245
Outros	21.877	48.706
Total	<u>1.511.679</u>	<u>1.208.137</u>

7. LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Corresponde aos recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06), a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restrito até o encerramento do período de captação, ocorrendo apenas a liberação do crédito mediante aprovação do Ministério do Esporte. O montante é aplicado em fundo de investimento de renda fixa DI. Segue abaixo a demonstração da movimentação do passivo:

Campeões Comunitários (vide nota explicativa 1)

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
Doação (a)	465.185
Saldo em 31 de dezembro de 2014	465.185
Doação (a)	675.000
Atualização monetária (b)	20.764
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.160.949
Devolução	(40.000)
Liberação do crédito (c)	(623.747)
Atualização monetária (b)	62.689
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>559.891</u>

Atletas da paz (vide nota explicativa 1)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Doação (a)	643.250
Saldo em 31 de dezembro de 2016	643.250
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	<u>1.203.141</u>

(a) A Lei de Incentivo ao Esporte permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido (Lei nº 11.438/06).

O valor total orçado para o projeto Campeões Comunitários e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.499.283, porém o valor total captado foi de R\$1.160.949 até 31 de dezembro de 2015.

O valor total orçado para o projeto Atletas da Paz, atualmente em fase de captação é de R\$1.693.983. A liberação dos recursos depende do sucesso do processo de captação de cada projeto, de forma a permitir a condução do mesmo em linha com o orçamento apresentado.

- (b) Os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte são automaticamente aplicados em fundo de investimento de renda fixa DI até a sua liberação, mediante aprovação do Ministério do Esporte.
- (c) Durante o ano de 2016 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$623.747 para utilização da Associação no Projeto Campeões Comunitários, transferindo o mesmo da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos, para uma Conta de Caixa Restrito.

#### 8. PROVISÃO PARA RISCOS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, concluiu que em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não existem processos legais cuja probabilidade de perda da Associação seja classificada como provável ou possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. A Associação, no curso normal de suas operações, adotou, até 31 de dezembro de 2016, práticas que ensejavam risco de penalização pecuniária, decorrentes de assuntos ainda não pacificados na jurisprudência, cuja estimativa é de R\$1.327.659, em 31 de dezembro de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

#### 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido está representado pelo total dos superávits e déficits acumulados nos exercícios correntes e passados.

#### 10. RECEITAS COM DOAÇÕES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Doações:		
Petrobrás	-	788.415
Childfund Brasil (e)	436.656	-
Ministério do Esporte (d)	623.747	-
Fight For Peace Internacional (a)	604.632	3.025.540
IKEA (b)	331.881	472.414
Comitê Olímpico Brasileiro (f)	791.519	278.990
Trafigura Foundation (g)	679.915	370.796
Laureus Sport for Good Foundation Empower	242.494	245.050
	563.980	192.000
Organização Nações Unidas	208.993	159.750
Doações de pessoas físicas	154.450	9.354
Wise – Swiss Philanthropy (b)	191.400	-
Instituto Faz Esport	2.363	-
Brazil Foundation	4.194	-
Instituto Arredondar	11.654	5.012
Comic Relief	628.325	874.913
Junclair	373.901	209.895
Embaixada do Reino Unido	177.036	107.177

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundação Abrinq	-	25.200
Associação Internacional de Boxe	18.808	-
Stripe Brasil	2.321	-
Swedish Postcode	390.159	372.401
Beyond Sports	2.943	-
Reebok	211.202	8.400
Embaixada dos EUA	600	-
Srm Consultoria	2.000	-
Doare Gestão Fin.	6.001	1.187
Tinder	8.033	-
Stars Awards Foundation	-	465.400
Instituto Phi	-	43.900
Partners of América	-	16.870
(-) Devolução de recursos (c)	<u>(378.008)</u>	-
Total de doações	<u>6.291.199</u>	<u>7.672.664</u>

- (a) A Fight For Peace Internacional é uma organização sem fins lucrativos (charity), cujo fundador e diretor, Luke Dowdney, também é fundador e diretor da Associação Luta pela Paz. A Fight For Peace Internacional e a Luta pela Paz integram um conjunto internacional de organizações similares e com objetivos igualmente voltados para a assistência social da Federação.
- (b) Projeto "Na Ativa": Em 01 de julho de 2016, foi estabelecido um acordo de contribuição financeira com a Ikea Foundation e a Wise Swiss Philanthropy, para o Projeto "NA ATIVA", ambos com validade até 30 de junho de 2019 e limitado a EUR280.999. O valor total desse projeto é de EUR585.415.
- (c) As devoluções ocorridas durante o exercício de 31 de dezembro de 2016 referem-se basicamente a sobra de recursos atrelados aos projetos já finalizados Centro Integrado e Atletas da Paz I, referentes a Lei do Incentivo ao Esporte, devolvidos ao Ministério do Esporte.
- (d) Doação referente a Lei de Incentivo ao Esporte (vide nota explicativa 7).
- (e) Childfund Brasil (Projeto de Treinamento Rede Brasil): Em 16 de dezembro de 2015 foi estabelecido um contrato com a Child Fund. O objetivo é a capacitação de oito Organizações Comunitárias com a Metodologia dos Cinco pilares da Associação Luta Pela Paz durante o período de doze meses, seguindo etapas de treinamento, consultoria remota e visitas de acompanhamento.
- (f) Comitê Olímpico Brasileiro: O Comitê Olímpico Brasileiro apoia o projeto "Campeões Comunitários". O repasse do COB à LLP do correspondente em reais ao valor líquido de \$249.668,30 USD (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta centavos dólares), correspondente ao valor total transferido pelo COI ao COB. O projeto teve início em abril de 2016 e seu término previsto para março de 2017.

O objetivo principal do presente Termo de Cooperação é a conjugação de esforços entre o COB e a LPP para, utilizando os recursos repassados pelo Comitê Olímpico Internacional ao COB, capacitar professores quanto aos valores e princípios que regem o esporte de modo a ampliar a oferta das modalidades esportivas a seguir listadas para crianças do Complexo da Maré, promovendo assim os benefícios do esporte como ferramenta de desenvolvimento pessoal e integração social: Boxe, Taekwondo, Judô, Lutas Associadas e Capoeira.

- (g) Trafigura Foundation apoia o Projeto "Novos Caminhos". A Trafigura estabeleceu um acordo no valor de US\$472,000 por um período de três anos, tendo seu início em 01 de julho de 2014 e término em 30 de junho de 2017 para o programa educacional "Novos Caminhos".

## 11. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários	(1.916.027)	(1.744.445)
Férias	(250.985)	(226.122)
13º salário	(176.519)	(152.879)
Encargos sociais	(850.932)	(751.882)
Despesas médicas	(157.001)	(219.184)
Outros	(406.228)	(225.206)
	<u>(3.757.692)</u>	<u>(3.319.718)</u>

## 12. DESPESAS COM PROJETOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços de terceiros e respectivos encargos previdenciários	(1.720.502)	(955.874)
Ajuda de custo (alimentação e transportes - jovens)	(178.990)	(358.773)
Transporte	(109.887)	(60.304)
Lanches e refeições	(146.780)	(96.777)
Despesas com viagens	(107.830)	(211.783)
Telefone	(99.739)	(113.113)
Bolsas de estudo	(112.439)	(187.547)
Uniformes	(65.314)	(46.570)
Aluguel	(160.849)	(128.515)
Energia elétrica	(38.856)	(30.005)
Material de expediente	(51.553)	(52.718)
Despesas tributárias	(1.818)	(1.902)
Locação de espaço	-	(9.477)
Manutenção e conservação	(236.775)	(331.168)
Material de consumo	(22.162)	(51.326)
Outras despesas	(582.717)	(407.247)
Total despesas	<u>(3.636.211)</u>	<u>(3.043.099)</u>

## 13. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>282.532</u>	<u>373.003</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(12.046)	(12.448)
Multas e juros	(6.803)	(3.376)
IRRF	(70.212)	(58.474)
Outros	(21.671)	(10.971)
Total de despesas financeiras	<u>(110.732)</u>	<u>(85.269)</u>
Total do resultado financeiro	<u>171.800</u>	<u>287.734</u>

#### 14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outros passivos circulantes.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores justos que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Devido às características e à forma de suas operações, e considerando sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Associação está sujeita aos seguintes principais fatores de risco:

- Risco de crédito

Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, a Associação opera com instituições financeiras julgadas pela Administração como de "primeira linha".

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

- Risco de mercado

Risco de mercado significa que alterações nas taxas de juros podem provocar alterações nas receitas e despesas da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro para a Associação.

Os principais ativos da Associação tratam-se de títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras em CDI, atrelados à variação da Selic e não apresentam risco de mercado.

#### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

##### Fight For Peace Internacional

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi recebida pela Associação doação da Fight For Peace Internacional, no montante de R\$814.435 (R\$3.025.539 em 31 de dezembro de 2015), sem vínculo a projeto específico. A Fight For Peace Internacional é uma instituição fundada por Luke Dowdney, associado fundador e diretor da Associação.

##### JL Oficina de Ideias e Organização de Eventos Ltda.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram pagos honorários no montante de R\$352.394 (R\$293.851 em 31 de dezembro de 2015), relativos a prestação de serviços administrativos. A JL tem como acionista a associada e diretora da Associação Juliana Tibau, que recebeu por parte da JL durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 honorários no montante de R\$115.534.

Remuneração do pessoal-chave

A Associação considera como pessoas chave da Administração seus diretores, sendo que apenas dois deles são remunerados, por dedicarem-se em tempo integral a Associação. A remuneração do diretor presidente Luke Dowdney e da diretora sem designação específica Juliana Tibau, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi, respectivamente, de R\$243.005 e R\$130.349 (R\$242.736 e R\$116.925 respectivamente em 31 de dezembro de 2015). Tais remunerações não consideram os pagamentos efetuados para a JL, acima descritos.

## 16. COMPROMISSOS

A Associação possui contratos de arrendamento para utilização dos imóveis utilizados na condução do projeto Maré Unida (nota explicativa nº 1), classificados como operacionais em razão de não satisfazerem as condições descritas para classificação como arrendamento mercantil financeiro.

Em abril de 2015 foi firmado novo contrato de aluguel do escritório situado na Rua Taylor, 36, Centro, Rio de Janeiro, com vigência de 48 meses. Este contrato é atualizado pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M/RJ.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Associação encerrou o contrato de locação de dois imóveis localizados na Rua Nova Canaã, Beco da Alegria, 26, Bonsucesso, Rio de Janeiro e na Rua Eugenio Salles, 01, Penha, Rio de, devido à redução dos recursos por parte dos doadores que mantinham os projetos nestas localidades.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as despesas com arrendamentos operacionais totalizaram R\$144.833 (R\$98.829 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Principais doações recebidas

Abaixo listamos as principais doações recebidas pela Associação em 2017, até a presente data:

<u>Doador</u>	<u>Valor</u>	<u>Projeto</u>
Criança Esperança	56.248	Atletas da Paz
FFPI	182.514	Diversos
Laureus	129.780	Atletas da Paz
Juniclair	98.320	Atletas da Paz
Lei de Incentivo	564.423	Campeões Comunitários
Trafigura	153.894	Novos Caminhos
COB/COI	216.818	Maré Unida
Wise	183.000	Empregabilidade (Na Ativa)
Reebok	64.146	Diversos
Comic Relief	441.200	Maré Unida
Total	<u>2.090.343</u>	

## 18. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação possui seguros contratados para seu imóvel sede, instalações e equipamentos totalizando R\$1.470.000 de importância segurada. A seguir, as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2016:

Associação Luta pela Paz

<u>Objetos de seguro</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Data de fim de vigência</u>
Imóveis	Incêndio/raio/explosão	1.000.000	Bradesco	28/10/2017
	Queda de raio - estabelecimento de ensino	400.000	Bradesco	28/10/2017
	Danos elétricos	50.000	Bradesco	28/10/2017
	Vendaval/fumaça	20.000	Bradesco	28/10/2017
	Total		<u>1.470.000</u>	

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

#### 19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Associados em assembleia realizada em 26 de junho de 2017.

---